

Ata da Reunião Ordinária dos Conselhos Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piracaia - PIRAPREV.

Aos vinte e um dias do Março do ano de dois mil e dezesseis, às 08h30min, nas dependências do IPSPMP - PIRAPREV, situado à Avenida Dr. Cândido Rodrigues, nº. 105, Centro, nesta Comarca de Piracaia, no Estado de São Paulo, realizou-se **Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piracaia - PIRAPREV**. Presentes: os membros Senhoras Luizelena Patrício de Oliveira Barbosa; Maria Nazaré Leite de Oliveira, Vera Lúcia Ferreira Camargo, Nelson Chagas, e Rosalina Carvalho de Melo Fialho; o senhor Osmar Giudice, Superintendente do IPSPMP se encontra afastado pelo motivo de tratamento de saúde.

Constatada a existência legal de *quórum*, a senhora Rosalina C. de Melo Fialho Superintendente Interina agradeceu a presença de todos, abrindo os trabalhos, preliminarmente, apresentou fatos relevantes e Resenha Macro e Microeconômica e avaliação da carteira de investimentos:

EUA: O FED manteve a taxa de juros inalterada no intervalo entre 0,25% a 0,50% a.a., como era amplamente esperado, mas indicou através do comunicado da decisão que um novo aperto de juros dependerá da evolução dos dados e do cenário até a próxima reunião. A sinalização da provável postergação da alta de juros, que era esperada para a reunião de março, foi indicada, na retirada do comunicado, da avaliação que o balanço de riscos para inflação e crescimento estava equilibrado. Essa avaliação foi substituída pela preocupação com o cenário global e financeiro e suas implicações para a inflação e o mercado de trabalho. Em termos de dados econômicos, o PIB do quarto trimestre cresceu 0,7%, em termos dessazonalizados e anualizados, e ficou ligeiramente abaixo da expectativa de alta de 0,8%. O resultado registrou desaceleração do consumo, do investimento e contribuição negativa dos estoques. Além disso, as exportações líquidas também tiveram contribuição negativa. Em 2015, a economia americana cresceu 2,4% e ficou relativamente estável em relação ao crescimento de 2,5% registrado em 2014.

Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) surpreendeu o mercado e ampliou as medidas de relaxamento monetário. Todo o mercado já esperava alguma ação do BCE, no entanto, o banco surpreendeu positivamente, e anunciou novas medidas. Preocupado em trazer a inflação para próximo a 2% ao ano, o BCE cortou as suas taxas de juros principal e de refinanciamento em 5pb, para 0,0% e 0,25% ao ano, respectivamente. A taxa de depósito teve um corte de 10pb para -0,4% a.a. Além dos cortes de juros, o BCE ampliou o valor das compras mensais de €60 bilhões para €80 bilhões e possibilitou a compra de títulos de empresas não financeiras que sejam grau de investimento. Por fim, o banco lançou uma nova rodada de estímulos ao crédito pelo programa TLTRO 2, que terá o prazo de quatro anos. Como no TLTRO 1, os bancos que cumprirem as metas de empréstimo terão um menor custo de financiamento. O BCE justificou a adoção das novas medidas devido ao aumento do risco à atividade e à inflação desde a última reunião. Prova desse risco, as projeções de crescimento do PIB e da inflação foram revisadas para baixo. A Zona do Euro deve crescer 1,4% em 2016 e 1,7% em 2017, 30pb e 20pb, respectivamente, abaixo das projeções de dezembro. A inflação deve encerrar 2016 em 0,1% ante 1,0% na projeção de dezembro. Para 2017, o BCE projeta alta de 1,3% contra 1,6% na estimativa anterior. Acreditamos que tais medidas conseguiram apenas no médio prazo trazer a inflação para 2%.

Na Ásia, o governo chinês definiu a nova meta de crescimento. A meta de crescimento para 2016 ficou entre 6,5% e 7,0%, o que sugere crescimento ligeiramente abaixo do observado no ano passado (6,9%). Os primeiros dados divulgados em 2016 reforçam a perspectiva de adoção de novas medidas de estímulos pelo governo chinês ao longo do ano. As exportações e importações registraram quedas em fevereiro, recuando 25,4% e 13,8%, respectivamente, na comparação com o mesmo mês do ano passado, após quedas de 11,2% e 18,8% no mês passado. No acumulado do ano, as exportações e importações registram quedas de 18% e 16,3% respectivamente. Ainda na semana, a inflação ao consumidor acelerou e ao produtor apresentou moderação no ritmo de queda. A inflação ao consumidor registrou alta para 2,3% no ano, após alta de 1,8% no mês anterior, resultado acima da expectativa do mercado (1,8%). Esse é o maior patamar da inflação desde maio de 2014. Embora a inflação ao consumidor tenha acelerado em fevereiro, ela ainda permanece abaixo da meta do governo (3,0%). Quanto ao produtor, a inflação apresentou queda de 4,9% em fevereiro na comparação anual, em linha com a expectativa de mercado, frente queda de 5,3% no mês anterior. Acreditamos que o governo pode flexibilizar as suas políticas fiscal e monetária ao longo do ano para atingir a sua meta de crescimento em 2016.

Nos mercados emergentes, reuniões de Bancos Centrais e a divulgação do resultado do PIB foram os destaques da semana. Quatro Bancos Centrais (Malásia, Polônia, Coreia do Sul e Peru) realizaram reunião na semana e todos optaram por manter as suas taxas de juros estáveis em 3,25%, 1,5%, 1,5% e 4,25%, respectivamente. A única surpresa nas decisões foi o Banco Central do Peru, pois o mercado esperava uma alta de 25 pb. Com relação ao crescimento do PIB, a maioria dos países que divulgou o resultado na semana registrou moderação em 2015. Na Colômbia, a economia avançou 3,1% em 2015 após avanço de 4,4% no ano anterior. A expressiva queda no preço do petróleo no ano afetou o crescimento da economia colombiana. As economias da Hungria e Israel também apresentaram moderação do crescimento em 2015. Os PIBs avançaram 3,0% e 2,6%, respectivamente, em 2015 após expansão de 3,5% e 2,7% no ano anterior. A exceção foi a economia da Romênia, que registrou crescimento de 3,8% em 2015 frente avanço de 2,9% em 2014. Para 2016, o mercado espera continuidade na moderação do crescimento na Colômbia (2,6%) e Hungria (2,3%), e aceleração do crescimento em Israel (3,0%) e Romênia (3,9%).

No Brasil, a ata da última reunião do Copom afastou o risco de corte iminente na taxa de juros, mas sinalizou alguma ação no médio prazo. Segundo a ata, a manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano foi justificada pelas incertezas no processo de recuperação dos resultados fiscais, pelo comportamento da inflação corrente e das expectativas de inflação, que deterioraram o balanço de riscos para a inflação no médio prazo. Prova disso foi a piora das projeções de inflação tanto para o cenário de referência quanto no de mercado para 2016 e 2017, que se situam acima da meta (4,5%).

Assim, o discurso da ata reforça a expectativa de manutenção da Selic na próxima reunião. No entanto, a ata também trouxe elementos que podem justificar alguma ação no médio prazo. Entre esses elementos estão a elevada ociosidade do mercado de trabalho e o maior hiato do produto, que podem contribuir para uma queda mais acentuada da inflação nos próximos meses. Assim, avaliamos que embora a ata indique que não há corte de juros na próxima reunião, à medida que a inflação recue ao longo do ano, o comitê deve reavaliar a taxa Selic. Dessa forma, esperamos que o Copom inicie um ciclo de cortes da taxa Selic no segundo semestre desse ano, contemplando um ciclo de 150 pb, o que levaria a Selic para 12,75% a.a. Porém, o risco é o ciclo ser iniciado mais cedo, em virtude do comportamento mais benigno do câmbio e da inflação.

Quanto à inflação, queda nos preços dos alimentos trouxe alívio em fevereiro. O IPCA avançou 0,9% em fevereiro após alta de 1,27% em janeiro, resultado ficou abaixo da nossa expectativa e a do mercado, ambas em 0,98%. A moderação da inflação de alimentos, que passou de 2,28% em janeiro para 1,06% em fevereiro, explica grande parte do recuo da inflação. Além dos alimentos, a moderação nos preços dos itens dos grupos habitação, de 0,81% para -0,19%, e transportes, de 1,77% para 0,84%, também contribuíram para o recuo da inflação em fevereiro. No acumulado em 12 meses, a inflação recuou para 10,36% de 10,71% no mês anterior, explicado pela queda da inflação dos itens administrados. A inflação dos preços livres avançou para 8,97% de 8,76% em janeiro. Com relação às medidas de qualidade da inflação, houve ligeira melhora do índice de difusão e da inflação de serviços. A inflação de serviços recuou para 7,8% em 12 meses. O índice de difusão recuou para 77,21% de 77,48% em janeiro. Para o restante do ano, acreditamos que a inflação seguirá recuando nos próximos meses, devendo encerrar o primeiro semestre em torno de 8,5% e encerrando o ano em 7,2%. Caso a nossa projeção de inflação se confirme, o banco central deve iniciar um ciclo da corte da taxa Selic a partir de meados do ano.

No que diz respeito aos dados econômicos, o quadro de contração econômica, inflação elevada e deterioração fiscal se mantém. O Indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-BR) mostrou queda de 1,8% nos três meses encerrados em novembro, inserindo viés de baixa para a nossa projeção de recuo de 1,1% do PIB no último trimestre e de 3,8% para o ano. Apesar do estado recessivo da economia, a inflação encerrou 2015 com alta de 10,7%, ficando fora do intervalo da meta, algo que não ocorria desde 2003. Olhando mais adiante, os dados qualitativos sugerem que o IPCA seguirá pressionado. Em 2016, a inflação deve ser de 7,3%. No campo fiscal, por seu turno, a deterioração fiscal prosseguiu. Em dezembro, o déficit primário atingiu R\$ 71,7 bilhões. Com esse resultado, o setor público consolidado encerrou o ano com déficit de R\$111,2 bilhões (1,9% do PIB). Nesse contexto de deterioração do resultado primário, a dívida bruta cresceu e passou de 57,2% do PIB em dezembro de 2014 para 66,2% do PIB em dezembro de 2015. Para esse ano, a nossa expectativa é de continuidade do déficit primário, que deverá ficar em 1,2% do PIB, e aumento da dívida bruta, que atingirá 74,5% do PIB.

No Estados Unidos, houve queda na confiança dos pequenos empresários e menor deflação dos bens importados. O índice de confiança dos pequenos empresários (NFIB) recuou para 92,9 em fevereiro de 93,9 em janeiro. A queda do NFIB em fevereiro levou o indicador para o menor patamar desde fevereiro de 2014. Um subíndice da pesquisa que chamou a atenção foi o de expectativa de reajuste salarial nos próximos nove meses, que recuou para 12 pontos em fevereiro de 15 em janeiro e 20,6 em dezembro. Assim, a queda desse subíndice sugere menor pressão salarial nos próximos meses. Ainda na semana, a menor deflação dos produtos importados deve contribuir para a aceleração da inflação ao consumidor nos próximos meses. Os preços importados recuaram 0,3% em fevereiro após queda de 1,0% em janeiro. Na comparação com fevereiro do ano passado, o indicador recuou 6,1% de -6,3% em janeiro. Acreditamos que a recente queda da confiança é temporária, e essa tendência deve ser revertida nas próximas divulgações. Ademais, o processo de aceleração da inflação deve seguir em curso, influenciado pela inflação de serviços e pela menor deflação dos bens importados. Portanto, se essas tendências se confirmarem nos próximos meses, o FED deve retomar o ciclo de alta na taxa de juros na reunião de junho.

Os fundos de investimento que compõem a carteira de investimento do IPSPMP-PIRAPREV foram analisados por categoria, resultando análises individuais por benchmark.

Houve enquadramento integral aos limites determinados na Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.922/2010, bem como aos parâmetros preestabelecidos na Política Anual de Investimentos do IPSPMP-PIRAPREV e apresentaram a seguinte performance:

Posição: 29/02/2016		Enquadramento Resolução CMN 3922/10			
ARTIGO 7º Inciso I, Alínea B -		R\$	19.338.905,64	46,44%	100%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRFM-1 TP	20.101-4	R\$	173.964,05	0,42%	
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRFM 1 TP	(TX ADM)	R\$	336.691,92	0,81%	
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRFM 1 TP	(SOBRA CUSTEIO)	R\$	147.557,74	0,35%	
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRFM 1 TP	(APORTE)	R\$	485.314,18	1,17%	
BB PREVIDENCIÁRIO RF IDKA2 TP FI	(SOBRA CUSTEIO)	R\$	392.403,89	0,94%	
BB PREVIDENCIÁRIO RF IDKA2 TP FI	(PARCELAMENTO CONTR	R\$	41.835,59		
CAIXA FI BRASIL 2016 II TP RF		R\$	2.134.778,00	5,13%	
CAIXA FI BRASIL 2018 IV TP RF		R\$	372.286,97	0,89%	
CAIXA FI BRASIL 2024 IV TP RF		R\$	1.058.494,00	2,54%	
CAIXA FI BRASIL IRFM 1 TP RF		R\$	482.186,32	1,16%	
CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP	(Aporte)	R\$	686.853,51	1,65%	
CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP		R\$	7.156.706,26	17,19%	
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP		R\$	3.942.282,26	9,47%	
CAIXA FI BRASIL IMA B TIT PUBL RF		R\$	51.753,90	0,12%	
ITAU INSTITUCIONAL RF INFLATION 5		R\$	1.011.500,90	2,43%	
SANTANDER FIC FI IMA-B 5 TP RF		R\$	864.296,15	2,08%	
Artº 7º Inciso III, Alínea A - Fundos Renda Fixa / Referenciados Renda Fixa IMA e IDKA		R\$	3.632.998,91	8,72%	80%
FIC NOVO BRASIL IMA B RF LP (CEF)		R\$	62.342,87		
BRANCO INSTITUCIONAL FICFI RF IMA B TP	(Aporte)	R\$	3.570.656,04	8,57%	
Artº 7º Inciso IV, Alínea A- Fundos Renda Fixa (Normal)		R\$	10.751.367,91	25,82%	30%
BB PREV RF TP IPCA III (20101-4)		R\$	3.617.666,63	8,69%	
ITAU REFERENCIADO DI FI (KINEA)		R\$	107.796,18	0,26%	
ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA		R\$	7.025.905,10	16,87%	
Artº 7º Inciso VII, Alínea B -		R\$	1.977.587,34	4,75%	5% concomitante com inciso VI
Fundo Crédito Privado					
FI CAIXA BRASIL IPCA XVI RF CREDITO PRIVADO		R\$	490.033,59	1,18%	
FI CAIXA BRASIL IPCA VIII REF CRED PRIV		R\$	1.487.553,75	3,57%	
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		30% concomitante COM TODOS OS INCISOS			
ARTIGO 8º Inciso I - Fundos de Ações Referenciados		R\$	463.800,38	1,11%	
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESA ATIVO		R\$	463.800,38	1,11%	
Artigo 8º Inciso III - Fundos de Ações		R\$	2.402.465,37	5,77%	15%
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I		R\$	22.301,69	0,05%	
FIC AÇÕES VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS (CAIXA)		R\$	1.189.633,29	2,86%	
ITAU GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FI		R\$	1.190.530,39	2,86%	
Artigo 8º Inciso IV -Fundos Multimercados		R\$	1.685.466,77	4,05%	5%
ITAU MULTIMERCADO JRS E MOEDAS FI		R\$	1.685.466,77		
Artigo 8º Inciso V - Fundo de Investimento em Participações		R\$	478.584,71	1,15%	5%
VOTORANTIN ENERGIA SUSTENTAVEL I		R\$	478.584,71		
Artigo 8º Inciso VI - Fundos de Investimento Imobiliários		R\$	913.023,70	2,19%	5%
KINEA II REAL ESTATE EQUITY FI IMOBILIÁRIO - FII (ITAÚ)		R\$	913.023,70		
Total		R\$	41.644.200,73	100,00%	
RENDA FIXA		R\$	35.700.859,80	85,73%	
RENDA VARIÁVEL		R\$	5.943.340,93	14,27%	
Valor Conta Corrente		R\$	17.246,50		
Valor dos Fundos		R\$	41.644.200,73		
Total Geral		R\$	41.661.447,23		

Finda as explicações, a Senhora Superintendente Interina deu ciência aos membros quanto das aposentadorias concedidas e dos contratos de licitação (serviços e bens) realizados no período de janeiro a março os quais, tidos e achados conforme, foram aprovados e também elogiados quanto à transparência e lisura dos mesmos pelos membros do Conselho Administrativo.

Prestando esclarecimento aos pares acerca das receitas previdenciárias oriundas das atribuições patronais realizada pela Prefeitura referente ao 1º parcelamento em 22/02 cujo valor arrecadado foi de R\$ 4.820,51 atualizado e quanto ao 2º parcelamento em 26/02 foi de R\$ 7.651,96 atualizado, num total acumulado de R\$ 12.472,47 aplicado em conta apartada no fundo BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 Títulos Públicos FI - CNPJ: 13.322.205/0001-35; e em questão quanto à parte patronal e aporte da competência fevereiro 2.016, foram creditadas o montante no valor total de R\$ 495.830,05, dia 07/03/2016 devidamente arquivado em pasta própria e apresentado para apreciação dos membros.

Após, tendo sido considerados suficientes os subsídios trazidos pela Senhora Superintendente Interina para deliberação dos pares, os Membros do Conselho Administrativo no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, passou a deliberar:

Avaliados os cenários econômicos e os relatórios de índices e mapas de controle dos investimentos; depois de acompanhada a evolução patrimonial e sua diversificação e avaliado o desempenho obtido pelas aplicações nos segmentos de Renda Fixa e Variável e também, considerando que mediante os cenários, foi proposta pelos membros do Comitê de Investimento a manutenção do portfólio de investimentos em reunião lavrada em ata datada de 10 de março de 2016, por UNANIMIDADE aprovaram as diretrizes para os investimentos e alocação da carteira do IPSPMP PIRAPREV.

Nada mais havendo a tratar por hora eu, Rosalina Carvalho de Melo Fialho, Superintendente Interina do IPSPMP PIRAPREV, lavrei a presente ata que segue, após lida e achada conforme, segue pelos presentes assinada.

Piracaia, em 21 de março de 2016.

IPSPMP PIRAPREV

Osmar Giudice _____
Superintendente

CONSELHO ADMINISTRATIVO:

Luizelena Patrício de O. Barbosa

Maria Nazaré Leite de Oliveira.....

Rosalina Carvalho de Melo Fialho.....

Nelson Chagas.....

Vera Lúcia Ferreira Camargo.....